

Ata n.º 08/2026

Reunião de Câmara realizada em 20 de abril de 2026

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente, Victor Eugénio das Neves Carvalho, da Senhora Vice-Presidente, Ana Paula Dias Neves Sançana e dos Senhores Vereadores Cristina Maria Fernandes Silva, António Manuel Antunes Marçal, Maria Helena Gomes Correia, Domingos Manuel Mendes Lopes -----

Pelas dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1. Faltas -----

1.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal; -----

1.3. Intervenção dos vereadores: -----

2.PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

2.1. -- Aprovação da ata da reunião da Câmara Municipal de 16/03/2026; -----

2.2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

2.2.1. Proposta de aprovação da prestação de contas individuais da gerência do ano financeiro de 2025; -----

2.2.2. Proposta de aprovação da transferência financeira obrigatória destinada ao equilíbrio dos resultados do exercício de 2025 da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA; -----

2.2.3. Proposta de aprovação da 1ª alteração ao mapa de pessoal do ano de 2026;

2.2.4. Proposta de autorização para abertura de procedimento concursal para recrutamento de 1 técnico superior (eng. civil); -----

2.2.5. Proposta de abertura de procedimento concursal para recrutamento de 4 assistentes operacionais área da Educação); -----

2.2.6. Proposta de aprovação de delegação de competências municipais na Freguesia da Lousã – Celebração de contrato Interadministrativo; -----

2.2.7. Proposta de aprovação de delegação de competências municipais na Freguesia das Gândaras- Celebração de contrato Interadministrativo; -----

2.2.8. Proposta de aprovação de delegação de competências municipais na Freguesia de Vilarinho – Celebração de contrato Interadministrativos; -----

2.2.9. Proposta de aprovação de delegação de competências municipais na Freguesia de Serpins – Celebração de contrato Interadministrativo; -----

2.2.10. Proposta de aprovação de delegação de competências municipais na União de Freguesias de Casal de Ermio e Foz de Arouce – Celebração de contrato Interadministrativo; -----

2.2.11. Proposta de atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Vilarinho, no montante de 29.000,00 €, destinado a apoiar a construção de um edifício com gavetões de consumpção aeróbia no cemitério da freguesia de Vilarinho; -----

2.2.12. Política de Qualidade do Município da Lousã; -----

2.2.13. Objetivos estratégicos 2026/2029; -----

2.3. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE -----

2.3.1 Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 174654278; -----

2.3.2. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 190836490; -----

2.3.3. Proposta de atribuição de comparticipação financeira à DUECEIRA – Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça, no montante de 254,67 €, no âmbito da participação na BTL de 2026; -----

2.3.4. Proposta de aditamento à deliberação da Câmara Municipal de 01.09.2025 relacionada com a atribuição de apoio financeiro à ARCIL – Associação para Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã no montante de 15.000,00 € para apoio às estruturas de ensino diferenciado/estruturado/ Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) do Agrupamento de Escolas da Lousã no ano letivo 2025/2026; -----

2.3.5. Fixação dos valores da tabela anexa às normas de funcionamento da Feira Anual de S. João 2026, no que respeita aos espaços destinados a divertimentos, restauração e similares, pipocas, farturas, algodão doce e bebidas, aos espaços



interiores do Parque Municipal de Exposições, aos espaços exteriores e criação de novos lugares; -----

2.3.6. Proposta de Regulamento Municipal do Prémio de Sustentabilidade do Município da Lousã. -----

2.4. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO -----

2.4.1. Pedido de cancelamento do ónus do direito de reversão, a favor do município da Lousã; -----

2.4.2. Proposta de Alteração da Estratégia Local de Habitação da Lousã; -----

2.5. FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL -----

2.5.1. Proposta de atribuição de comparticipação financeira no montante de 1.904,69 € à comunidade intermunicipal da região de Coimbra no âmbito do “projeto 131 – parque de máquinas intermunicipal” -----

2.5.2. Decreto-Lei nº 56/2023, de 14 de julho | Alterações e ajustamentos aos Artigos 68º e 69º do DL nº 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual | Condicionamento de outras atividades; -----

3.APROVAÇÕES EM MINUTA -----

1.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1 – Faltas -----

Não houve faltas a registar. -----

1.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção referindo algumas informações gerais relativas à atividade municipal. Começou por destacar a realização da última Gala do Desporto, considerando tratar-se de um momento de reconhecimento e valorização do trabalho desenvolvido no concelho na área desportiva. Salientou a homenagem prestada a cerca de 300 atletas, afirmando que tal constitui uma demonstração clara da vitalidade do desporto no concelho da Lousã, bem como da diversidade de modalidades existentes. Referiu ainda que existem modalidades mais recentes que futuramente poderão igualmente vir a ser contempladas nestas homenagens, dando como exemplo a patinagem, modalidade que recentemente acolheu uma prova no concelho, com a presença de observadores da seleção regional para identificação de atletas com potencial. Informou da chegada do helicóptero destinado ao combate a incêndios rurais. Esclareceu que este chegou

no dia 15 de abril e permanecerá até 31 de dezembro, aguardando-se ainda a chegada do destacamento da Força Aérea Portuguesa, prevendo-se a presença de, pelo menos, dois helicópteros da Esquadra 552 para coordenação operacional, sendo que um deles ficará instalado a partir de 15 de maio. Informou igualmente que continuam os esforços para reforçar os meios de combate a incêndios, nomeadamente através da possibilidade de instalação de um helicóptero Black Hawk, defendendo que o aeródromo e o Centro de Meios Aéreos da Lousã reúnem excelentes condições, quer pela localização geográfica, quer pelas condições de navegabilidade. Referiu ainda que, na passada sexta-feira, decorreu uma reunião com o Presidente da ACM, durante a qual foi reforçado o interesse e disponibilidade do Município para estabelecer um protocolo de utilização do espaço de Foz de Arouce para diversas finalidades. Informou que existe igualmente abertura da parte da associação para colaborar com o Município, encontrando-se agora a autarquia a desenvolver uma proposta de protocolo para posterior afinação conjunta. Indicou que, numa primeira fase, o espaço poderá ser utilizado como campo de férias para crianças e jovens. Acrescentou ainda que será avaliada futuramente a possibilidade de criação de uma pista de atletismo em redor do antigo campo de futebol, dotando o concelho de um novo equipamento desportivo disponível para a população. Informou também sobre a visita da Dra. Inês Rosendo, representante da ULS Coimbra, ao Centro de Saúde da Lousã, com o objetivo de verificar no terreno as obras em curso e identificar as adaptações necessárias para acolher novos serviços. Explicou que está prevista a instalação de serviços como raio-X, TAC e análises clínicas, os quais exigem algumas intervenções físicas adicionais, não previstas inicialmente, implicando custos acrescidos que considera justificados face à mais-valia que estes serviços representarão para a população. Acrescentou que continuam as diligências junto da ULS Coimbra no sentido de reforçar a equipa clínica do concelho, sobretudo ao nível dos cuidados prestados aos fins de semana. Referiu que existe o compromisso de implementação de um serviço complementar de resposta intermédia, funcionando pelo menos ao fim de semana, mostrando expectativa de que a situação venha a ser resolvida em breve, dada a importância de garantir uma resposta adequada à população. Deu ainda nota da procissão da vinda da imagem de Nossa Senhora da Piedade para a Igreja Matriz, onde



permanecerá aproximadamente durante um mês, permitindo uma maior proximidade dos fiéis à imagem religiosa. Relativamente ao Rally, informou que já se encontra em curso toda a preparação do evento, esclarecendo que o novo traçado originou algum atraso nos trabalhos e nas comunicações necessárias. Acrescentou que está prevista a criação de uma zona destinada às entidades convidadas, à semelhança de anos anteriores, mas que, este ano, a iniciativa deverá ser organizada em parceria com o Município de Góis de forma potenciar o momento de convívio institucional e aumentar a atratividade do evento para outras entidades convidadas, atendendo também à proximidade dos troços entre os dois concelhos. -----

1.3. Intervenção dos vereadores -----

O **Sr. Vereador António Marçal** começou por abordar a questão da saúde, reconhecendo as dificuldades existentes ao nível da contratação e fixação de médicos, situação que considerou extremamente preocupante. Referiu, contudo, que todos os esforços desenvolvidos pelo Município nesta matéria merecem o total apoio do Partido Socialista, sublinhando a importância de garantir médico de família para todos os munícipes, bem como assegurar a existência de resposta médica ao fim de semana no Serviço Nacional de Saúde. Considerou que estas novas valências e o reforço do corpo clínico representam uma das maiores conquistas para o concelho, manifestando disponibilidade para apoiar todas as iniciativas que contribuam para esse objetivo. Relativamente ao Centro de Meios Aéreos da Lousã, referiu ter conhecimento de algumas preocupações relacionadas com a operacionalidade do aeródromo, nomeadamente quanto às condições meteorológicas e à existência de um “teto mínimo” que, em determinados períodos, poderá dificultar a descolagem das aeronaves. Considerou, por isso, importante acautelar esta situação, atendendo ao carácter estratégico do equipamento e à necessidade de preservar este meio de combate a incêndios no concelho. Abordou ainda a questão das obras da linha do metro, referindo a preocupação relativamente aos problemas verificados no troço entre Serpins e Lousã. Questionou se foi realizada uma inspeção integral ao restante percurso, alertando para o facto de qualquer ocorrência em qualquer ponto da linha afetar diretamente a população da Lousã, por se tratar do final do trajeto. Defendeu, por isso, que seria importante garantir, junto da Infraestruturas de Portugal e das entidades competentes, se foi efetuada uma avaliação rigorosa de todo o troço, de

forma a prevenir futuras situações semelhantes e assegurar a segurança da infraestrutura. No âmbito da proteção civil, e atendendo também à proximidade da época crítica de incêndios, questionou se está prevista, em articulação entre os Bombeiros Municipais e os serviços técnicos da Câmara Municipal, a realização de fiscalizações aos caminhos e estradas florestais considerados prioritários. Referiu que esta prática já teria sido adotada em anos anteriores e considerou importante que continue a ser efetuada, tendo em conta a necessidade de garantir acessos rápidos e eficazes aos meios de socorro. Alertou igualmente para as limitações existentes ao nível dos equipamentos e operadores disponíveis, defendendo a necessidade de prevenir e preparar atempadamente o dispositivo de resposta para o verão. Por fim, associou-se às palavras anteriormente proferidas relativamente à Gala do Desporto, enaltecendo o investimento realizado no desporto no concelho e destacando o reconhecimento dado aos atletas, em particular aos praticantes de desporto adaptado, cuja dedicação e exemplo considerou merecedores de especial valorização. -----

A Sr.^a Vereadora Helena Correia iniciou a sua intervenção associando-se às palavras anteriormente proferidas relativamente à Gala do Desporto, deixando uma nota de reconhecimento não apenas aos atletas distinguidos pelos resultados alcançados e pelos prémios obtidos, mas também às associações, dirigentes associativos, treinadores e restantes colaboradores envolvidos nas diferentes modalidades desportivas do concelho. Sublinhou que é cada vez mais difícil motivar pessoas para assumirem funções dirigentes e dedicarem o seu tempo ao acompanhamento dos jovens atletas, salientando o importante contributo prestado por todos aqueles que, de forma voluntária, asseguram o funcionamento das associações e das atividades desportivas. Referiu ainda o esforço financeiro e pessoal exigido às famílias, sobretudo no acompanhamento dos mais novos às competições, treinos e deslocações. Destacou particularmente a modalidade de patinagem, considerando-a um exemplo claro do empenho e dedicação necessários ao desenvolvimento desportivo. Referiu que se trata de uma atividade que implica um elevado esforço financeiro por parte das famílias, bem como uma grande disponibilidade de tempo para acompanhamento dos atletas. Acrescentou que, após muitos anos de trabalho, recordando que o primeiro protocolo terá sido celebrado



em 2009, começam agora a surgir resultados mais visíveis, com atletas do concelho a alcançarem presença em campeonatos regionais e noutras provas de destaque. Considerou ainda importante reconhecer não apenas os atletas premiados, mas também todos aqueles que, apesar de não terem sido distinguidos, contribuem diariamente para o crescimento das modalidades, apoiando os colegas de equipa e participando ativamente nas atividades desportivas. Endereçou, por isso, uma palavra de apreço a todos os atletas, famílias e estruturas de apoio. Por fim, solicitou que, sempre que possível, seja enviada a agenda das atividades promovidas pelo Município, nomeadamente pelos museus, biblioteca e restantes serviços culturais, por forma a permitir um melhor acompanhamento e participação nas iniciativas, referindo que muitas vezes apenas toma conhecimento das mesmas através das redes sociais da Câmara Municipal, já numa fase tardia. -----

O Sr. Vereador Domingos Lopes referiu-se à proposta de atribuição de apoio financeiro à Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, considerando tratar-se de um espaço emblemático e profundamente identitário para a cultura da Lousã e para a Serra. Sublinhou que esta área representa também uma oportunidade para desenvolver uma gestão mais antecipatória e eficiente do território, defendendo a importância de começar a trabalhar de forma preventiva na mitigação de riscos, nomeadamente ao nível dos incêndios florestais. Referiu que a Irmandade possui certa de quatorze hectares que se encontram sujeitos a forte pressão de espécies invasoras, situação que poderá exigir apoio e acompanhamento técnico adequado.

Considerou que estes momentos devem ser vistos como oportunidades para pensar e agir de forma diferente, promovendo uma gestão mais cuidada e sustentável do espaço, capaz de preservar e valorizar aquele património natural e cultural. Acrescentou que é fundamental continuar a acompanhar e apoiar estas iniciativas, garantindo que aquele espaço permaneça valorizado e protegido no futuro. -----

A Sr.ª Vice-Presidente iniciou a sua intervenção referindo que, apesar das dificuldades crescentes em congregar pessoas em torno do associativismo, continuam a acontecer iniciativas de grande qualidade no concelho da Lousã, fruto do trabalho desenvolvido pelas associações locais. Considerou que o associativismo constitui um importante elemento de ligação entre as pessoas e um fator essencial de dinamização social, cultural e comunitária. Nesse âmbito, destacou o espetáculo



realizado pelo Musical Lousan e pelo Orfeão Académico de Coimbra no Teatro Municipal da Lousã, considerando tratar-se de um excelente exemplo da qualidade artística existente no concelho. Sublinhou não apenas a qualidade musical apresentada, mas também a valorização da história, identidade e referências culturais da Lousã através da temática do espetáculo, defendendo que os equipamentos municipais devem continuar a dar palco e visibilidade aos projetos e talentos locais. Referiu igualmente a realização de uma iniciativa promovida pelo Coro da Cura, na cafetaria do Teatro Municipal, considerando tratar-se de um momento cultural muito positivo, marcado pela valorização de raízes e tradições que unem diferentes regiões do país através da música e da cultura popular. Ainda no âmbito cultural e associativo, destacou o espetáculo agendado para o dia 26 de abril, promovido pela Academia de Bailado da Lousã, intitulado “Pela Arte é Que Vamos” manifestando a convicção de que será mais uma demonstração da qualidade cultural existente no concelho e do trabalho desenvolvido pelas associações locais. De seguida, deu nota do reconhecimento alcançado por Gonçalo Dionísio no Campeonato Mundial de Pizza, onde obteve dois prémios e foi o português melhor classificado no ranking da competição, deixando os parabéns ao atleta e salientando o orgulho que representa para o concelho ver um lousanense distinguido a nível internacional. Posteriormente, abordou as comemorações do 25 de Abril, deixando uma reflexão sobre a importância histórica e social da Revolução de Abril, particularmente no que respeita aos direitos das mulheres e à evolução da igualdade em Portugal. Referiu que, antes de 1974, grande parte da população portuguesa vivia sem direitos políticos, liberdade de expressão ou acesso pleno à educação, salientando que as mulheres se encontravam particularmente limitadas nos seus direitos e oportunidades. Recordou que muitas mulheres não podiam viajar sem autorização do marido, abrir contas bancárias de forma autónoma ou exercer determinadas profissões, referindo ainda que, em 1970, apenas cerca de 20% das mulheres portuguesas tinham emprego remunerado e a taxa de analfabetismo feminino ultrapassava os 30%. Considerou que o 25 de Abril representou uma profunda transformação social e democrática, permitindo avanços significativos na igualdade de género e na participação das mulheres na sociedade portuguesa. Destacou que atualmente mais de 60% dos diplomados do ensino superior são

mulheres e que a participação feminina no mercado de trabalho ultrapassa os 70%. Referiu igualmente a evolução verificada no poder local, onde a presença feminina, outrora excecional, tem vindo a crescer, representando atualmente cerca de 40% dos eleitos autárquicos. Apesar dos progressos alcançados, alertou para as desigualdades que ainda persistem, nomeadamente a diferença salarial entre homens e mulheres e o problema da violência doméstica, referindo que esta continua a constituir uma grave ameaça à liberdade individual, com mais de trinta mil ocorrências registadas em 2024. Concluiu afirmando que a liberdade não pode ser encarada como um dado adquirido, mas antes como uma construção diária e coletiva que exige responsabilidade e compromisso permanentes. Terminou citando Miguel de Cervantes, através da frase: “A liberdade é um dos dons mais preciosos que o céu deu aos homens; nada a iguala nem os tesouros que a Terra encerra no seu seio, nem os que o mar guarda nos seus abismos; pela liberdade, tanto quanto pela honra, pode e deve aventurar-se a nossa vida”, defendendo que celebrar abril é continuar a abrir portas e criar condições para que todas as pessoas possam viver plenamente em liberdade. -----

A Sr.ª Vereadora Cristina Silva iniciou a sua intervenção associando-se às palavras anteriormente proferidas relativamente à Gala do Desporto, deixando igualmente uma palavra de reconhecimento a todos os docentes, treinadores e atletas envolvidos no desporto escolar, considerando que o mesmo constitui muitas vezes a base para o futuro reconhecimento desportivo alcançado pelos atletas do concelho, bem como para o surgimento de novas modalidades. Destacou ainda o projeto “Lousã a Mexer Mais”, dirigido à população sénior, salientando a importância da promoção de hábitos de vida saudável junto da população mais idosa e o contributo do projeto para o bem-estar e envelhecimento ativo da comunidade. De seguida, informou que, no passado dia 13 de abril, participou numa reunião com o Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação, durante a qual foi apresentado um ponto de situação relativo à reforma em curso no Ministério da Educação. Referiu que o Senhor Ministro explicou que existiam várias entidades com competências sobrepostas, originando duplicação de trabalho e inconsistências nos dados produzidos, pelo que a reforma visa reorganizar estruturas e reduzir cerca de 50% do pessoal afeto a determinados serviços. Acrescentou que, segundo o Sr. Ministro,



existe igualmente preocupação em garantir a formação e colocação de novos docentes nas escolas. Aproveitou ainda a ocasião para transmitir ao Senhor Ministro as dificuldades existentes relativamente às obras da Escola Básica n.º 2 da Lousã, nomeadamente a situação dos contentores atualmente utilizados. Informou, contudo, que lhe foi comunicado que a prioridade atual do Ministério incide sobre escolas classificadas como tipologia “P2”, pelo que a situação da escola da Lousã poderá ter de aguardar nova reavaliação. Referiu ainda que os municípios serão posteriormente contactados no âmbito desse processo de reavaliação, acrescentando que também terão prioridade as intervenções em concelhos afetados pelas tempestades na região de Leiria. No que respeita à Universidade Sénior informou que relativamente às atividades dinamizadas pelas entidades parceiras, o projeto “Clube dos Velhos Amigos da Lousã”, promovido pela Associação Icreate, conta com 40 participantes, a Costura Solidária conta com 12 participantes; o projeto “Mimos dos Avós” integra 10 participantes; as atividades promovidas pela “Arte Via” e pela “ADRAS”, bem como outras no âmbito do CLDS, encontram-se ainda em fase de reorganização, não sendo possível apresentar, para já, o número de participantes. Referiu igualmente que a Associação de Desenvolvimento dos Cinco Lugares participou no atelier de saúde e bem-estar e num rastreio, estando também estabelecida uma parceria para desenvolvimento de formação na área dos cuidadores informais, encontrando-se as inscrições ainda a decorrer. Apresentou ainda o calendário semanal provisório das atividades atualmente previstas e referiu que este programa inicial deverá vir a ser enriquecido futuramente, estando prevista uma reunião entre todas as entidades parceiras para afinação de detalhes e continuidade do planeamento das atividades. Por fim, abordou a situação da CAF/AAAF e das respostas de acompanhamento escolar, referindo que a questão tem sido acompanhada pelo Agrupamento de Escolas da Lousã e pelo Município. Informou que têm sido desenvolvidos esforços para minimizar os constrangimentos existentes, sobretudo no acompanhamento de crianças com necessidades específicas, salientando que, embora a legislação contemple essas situações no período letivo, tal não acontece de forma suficientemente clara nas componentes de apoio à família. Acrescentou que existe preocupação em garantir resposta adequada



às crianças com maiores necessidades, estando o Município a procurar soluções para responder às diferentes problemáticas identificadas. -----

O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente às intervenções anteriormente efetuadas. Começou por abordar a questão dos utentes sem médico de família, referindo que, segundo informação transmitida pelos diretores das unidades de saúde familiar, o número de pessoas nessa situação será atualmente residual. Ainda assim, reconheceu que poderão existir pessoas que, apesar de residirem no concelho, não se encontram devidamente registadas, admitindo que o número real possa ser superior. Sublinhou, contudo, que o objetivo do Município continua a ser garantir que nenhum cidadão fique sem médico de família ou sem acesso adequado aos cuidados de saúde, destacando o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em articulação constante com a ULS Coimbra. Acrescentou que, apesar das dificuldades, se tem registado uma evolução positiva ao nível dos serviços prestados, nomeadamente quanto à possibilidade de criação de um Serviço de Atendimento Complementar, defendendo que a Lousã serve uma população abrangente de vários concelhos e que a reivindicação continuará a ser feita junto das entidades competentes. Relativamente ao Centro de Meios Aéreos e ao aeródromo da Lousã, afirmou que todas as informações de que dispõe contrariam a ideia de que o espaço não reúne condições de navegabilidade. Pelo contrário, referiu tratar-se de um dos aeródromos com melhores condições da região. Considerou que a ausência de determinados investimentos, nomeadamente ao nível da iluminação da pista, tem limitado a sua utilização, defendendo que, caso essa infraestrutura já existisse, o helicóptero do INEM poderia atualmente operar no local. Informou ainda que já foram iniciadas intervenções no equipamento e que o Município continuará a investir e a exercer pressão política junto das entidades competentes para garantir uma nova dinâmica e reforço das funções do aeródromo ao serviço da proteção civil. Sobre a situação do Metro Mondego, esclareceu que foi efetuada uma inspeção por parte da Infraestruturas de Portugal, na sequência da qual foi identificado um novo ponto com necessidade de intervenção, implicando um investimento adicional próximo de um milhão de euros. Acrescentou que, segundo as informações disponíveis, será possível realizar as intervenções nos dois locais em simultâneo, evitando assim

atrasos adicionais na reposição do serviço ferroviário, situação que considerou fundamental para minimizar os constrangimentos causados pelos transportes alternativos atualmente em funcionamento. No âmbito da proteção civil, informou que estão identificadas não apenas as estradas e caminhos florestais prioritários, mas também os tanques de água e outros pontos estratégicos de apoio ao combate a incêndios. Referiu que diversas intervenções já se encontram em curso, enquanto outras estão planeadas, em articulação permanente entre os serviços municipais, a divisão florestal e o comando dos bombeiros. Reconheceu, contudo, que existe ainda muito trabalho a realizar, especialmente devido à quantidade de material lenhoso existente na floresta, o que aumenta significativamente o risco e a necessidade de intervenção. Acrescentou que o Município aguarda com urgência a chegada de novos equipamentos e meios que permitam reforçar a capacidade operacional no combate aos incêndios. Informou ainda que estão previstas novas medidas de reforço do dispositivo, incluindo a celebração de um protocolo com os escuteiros sediados em Vale da Ursa, permitindo criar uma base de apoio logístico com capacidade para acolher até sessenta operacionais. Sublinhou que o objetivo é garantir que tudo o que estiver ao alcance do Município seja feito para minimizar o risco de incêndio e preparar da melhor forma a época crítica. Relativamente à divulgação das atividades municipais, reconheceu que os procedimentos de comunicação poderão ser melhorados. Referiu que, tradicionalmente, alguns convites são enviados formalmente apenas em determinadas situações institucionais, sendo as restantes iniciativas divulgadas pelos meios habituais de comunicação do Município. Ainda assim, considerou pertinente melhorar a comunicação com todos os membros do executivo municipal, admitindo que, no quotidiano, alguns eventos possam passar despercebidos. Referindo-se à intervenção anteriormente efetuada sobre a área envolvente da Senhora da Piedade, afirmou ter apreciado a sugestão apresentada, considerando existir efetivamente necessidade de transformar e valorizar aquela paisagem. Informou que está já a ser preparada, em conjunto com a Companhia de Papel do Prado, uma intervenção paisagística, defendendo que uma ação semelhante poderá também ser desenvolvida na zona do Castelo e da Senhora da Piedade, embora reconhecendo que nem todos os terrenos são propriedade municipal. Acrescentou ainda que o Município está a iniciar o projeto de arquitetura que

permitirá apresentar candidatura ao programa “Crescer com o Turismo”, do Turismo de Portugal, prevendo-se uma intervenção no complexo das piscinas da Senhora da Piedade. Explicou que, numa primeira fase, serão efetuadas apenas intervenções de preparação e consolidação do espaço, estando prevista posteriormente uma intervenção mais abrangente de valorização da imagem, circulação e funcionalidade do local. Considerou que a melhoria da paisagem envolvente poderá contribuir significativamente para valorizar aquele que é um dos principais ex-libris do concelho. Por fim, relativamente às obras escolares, referiu que o Município irá procurar, junto da CCDR, perceber se será possível justificar a classificação da Escola EB2/3 como tipologia “P2”, permitindo assim reforçar a possibilidade de financiamento para a intervenção necessária. Acrescentou que, apesar das dificuldades e incertezas quanto ao financiamento, o Município optou por manter o concurso e continuar a desenvolver o processo, considerando fundamental prosseguir com os investimentos necessários para o território. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

2.1. Aprovação da ata da reunião da câmara municipal de 16/03/2026 -----

Colocada à votação, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º do Regime Jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou aprovar a ata da reunião de Câmara realizada a 16 de março de 2026-----

2.2. Administração e Finanças -----

2.2.1. Proposta de aprovação da prestação de contas individuais da gerência do ano financeiro de 2025; -----

Sr. Presidente da Câmara referiu que o documento em análise respeita às contas do executivo anterior, esclarecendo que, apesar de alguns dos atuais membros do executivo terem participado nesse mandato enquanto vereadores da oposição, não tiveram intervenção direta na definição e execução da maioria das opções políticas então tomadas. Acrescentou que o atual executivo assume apenas a responsabilidade correspondente aos últimos meses do exercício em causa, salientando, contudo, que se trata de um documento técnico que traduz aquilo que foi concretizado ao longo do ano e que permite avaliar o grau de cumprimento dos objetivos inicialmente propostos. Referiu que o ano de 2025 foi particularmente

exigente, destacando que o orçamento, à semelhança do atual, se encontrava fortemente condicionado pela componente da receita de capital, muito influenciada pelos financiamentos associados ao PRR. Explicou que a execução física de várias obras não decorreu ao ritmo inicialmente previsto, tendo grande parte da concretização transitado para o ano seguinte. Acrescentou ainda que algumas intervenções previstas no orçamento para 2026 continuam dependentes da confirmação de financiamento. No que respeita ao documento de prestação de contas, salientou que, do ponto de vista da receita, os resultados alcançados foram positivos, verificando-se igualmente uma redução significativa no prazo médio de pagamentos. -----

Sr. Vereador António Marçal salientou que o documento em apreciação respeita às contas de um exercício em relação ao qual o atual executivo não teve responsabilidade direta, motivo pelo qual procurou realizar uma leitura atenta do relatório numa perspetiva construtiva e orientada para o futuro, mais do que numa análise de natureza política. Referiu que, apesar de o relatório refletir globalmente uma situação equilibrada, o mesmo contém alguns alertas importantes que devem ser considerados como oportunidades de melhoria para o futuro. Acrescentou ainda que o relatório aponta igualmente para a necessidade de melhorar o conhecimento e inventariação dos ativos municipais, nomeadamente no âmbito da gestão de infraestruturas e património concessionado, entendendo que estes alertas devem ser valorizados enquanto instrumentos de melhoria contínua da gestão municipal e das práticas administrativas do dia a dia. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta da prestação de contas individuais da gerência do ano financeiro de 2025. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta da prestação de contas individuais da gerência do ano financeiro de 2025; (Doc. 1 (um)) -----

2.2.2. Proposta de aprovação da transferência financeira obrigatória destinada ao equilíbrio dos resultados do exercício de 2025 da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA; -----

Sr. Presidente da Câmara informou que, na última Assembleia Geral da empresa intermunicipal, teve oportunidade de felicitar a administração pelo caminho de



recuperação que tem vindo a ser realizado, particularmente ao longo do ano de 2025, reconhecendo que, apesar dos progressos alcançados, continuam ainda a existir ajustamentos e melhorias a concretizar. Deu ainda conta de que, no próximo dia 26 de maio, terá lugar uma reunião com o Senhor Ministro, na qual participarão também os restantes Presidentes de Câmara dos municípios integrantes da empresa intermunicipal, com o objetivo de discutir alterações estruturais relevantes para o futuro da APIN. Nesse contexto, destacou a questão do IVA, considerando que, caso a empresa pudesse proceder à dedução do imposto, os resultados financeiros deste exercício teriam sido substancialmente diferentes. Referiu igualmente a necessidade de permitir à empresa o acesso a programas de financiamento e avisos destinados à melhoria e investimento nas redes de abastecimento de água e saneamento, o que contribuiria significativamente para aumentar a sua eficiência. Acrescentou ainda que subsistem outras matérias relevantes, nomeadamente a necessidade de investimento continuado nas redes de águas pluviais, área em que os municípios já têm vindo a intervir, embora ainda de forma insuficiente, e a importância de reforçar e diversificar as fontes de abastecimento de água, fatores que influenciam diretamente os custos do tratamento e fornecimento de água. O Senhor Presidente manifestou o entendimento de que a empresa intermunicipal necessita não apenas de soluções técnicas e financeiras diferentes, mas também de uma renovação da sua imagem institucional e da confiança junto da população. Considerou que a APIN necessita de um verdadeiro reposicionamento, capaz de recuperar credibilidade junto dos consumidores e utilizadores dos serviços. Referiu ainda que as soluções alternativas que têm vindo a ser apontadas, nomeadamente a integração nas Águas de Portugal ou uma eventual concessão a privados, não merecem a sua concordância, afirmando expressamente que nunca apoiará uma solução de privatização do serviço. Concluiu defendendo que compete aos responsáveis políticos continuar a trabalhar para recuperar a confiança dos cidadãos na empresa intermunicipal, acreditando que, a médio prazo, poderá vir a tornar-se uma entidade financeiramente equilibrada e sustentável. -----

Sr. Vereador António Marçal referiu que, ao analisar os relatórios financeiros e de gestão dos últimos quatro anos da APIN — Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior — ficou preocupado com a evolução da situação financeira da

8/4

empresa, sobretudo perante a necessidade de os municípios continuarem a suportar pagamentos para equilíbrio das contas. Explicou que a sua preocupação resulta, desde logo, da análise da estrutura acionista da empresa, quer antes da saída formal do Município de Penacova, quer após o ajustamento efetuado na sequência dessa saída. Referiu que, na sua leitura, o saldo apresentado em 2024 resulta em parte da contabilização associada à alienação e regularização da participação daquele município, considerando, contudo, que continuam a existir aspetos que carecem de maior clarificação. Manifestou preocupação pelo facto de, em momento algum, ter sido apresentada de forma clara a eventual existência de responsabilidades financeiras adicionais ou de possíveis situações de desequilíbrio patrimonial que possam vir a refletir-se futuramente sobre os municípios acionistas. Acrescentou que considera fundamental exigir à administração da empresa uma apresentação mais transparente e detalhada da situação financeira e patrimonial da APIN, alertando para o risco de, caso não exista recuperação efetiva da situação económico-financeira da empresa, os municípios poderem vir a suportar encargos adicionais significativos. Referiu, a título exemplificativo, que a Lousã poderá eventualmente vir a ser confrontada com encargos de várias centenas de milhares de euros, situação que entende dever merecer especial atenção por parte de todos. Nesse sentido, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que diligencie no sentido de promover uma reunião com a administração da empresa intermunicipal, de forma a permitir o esclarecimento destas questões e uma melhor compreensão da situação financeira da APIN por parte dos eleitos municipais. Concluiu referindo que o estudo entretanto realizado sobre esta matéria demonstra que a situação deve continuar a ser acompanhada com rigor e prudência. -----

Sr. Presidente da Câmara destacou que, no âmbito da análise efetuada aos relatórios recentes, foi possível identificar valores que suscitam preocupação, ainda que não estejam associados a operações extraordinárias. Referiu que, em 2024, terá ocorrido o reconhecimento de uma obrigação de pagamento associada ao Município de Penacova, decorrente do processo de saída dessa entidade da empresa intermunicipal. Nesse sentido, explicou que poderão existir encargos financeiros resultantes de períodos anteriores à formalização dessa saída, estimando que esses valores possam ter de ser repartidos pelos restantes municípios, com impacto

proporcional na participação acionista. Alertou que, neste contexto, a Lousã poderá vir a ser chamada a suportar encargos significativos, eventualmente na ordem de centenas de milhares de euros, o que considera motivo de preocupação e acompanhamento atento por parte do Município. Manifestou ainda esperança de que, ultrapassadas as dificuldades mais recentes, a empresa possa entrar numa fase de maior estabilidade e consolidação, admitindo que, com uma eventual reestruturação e reforço da base acionista, poderá ser possível melhorar a sua sustentabilidade futura. Abordou igualmente questões de natureza técnica relacionadas com a gestão da rede, nomeadamente perdas de água e eficiência operacional, referindo que existem ainda valores significativos associados a infiltrações e perdas na rede que devem ser controlados de forma mais rigorosa. Considerou que a melhoria destes indicadores poderá permitir uma redução relevante de custos e uma maior eficiência da empresa. Referiu ainda que estão em curso trabalhos técnicos mais detalhados no sentido de melhor identificar e controlar essas perdas, sublinhando a importância de uma abordagem mais rigorosa e sistemática na gestão da rede. Por fim, deu nota de existirem dívidas em atraso de entidades que não cumprem regularmente os seus compromissos financeiros, apontando valores significativos, e concluiu referindo que estas situações devem ser acompanhadas com rigor. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a transferência financeira obrigatória destinada ao equilíbrio dos resultados do exercício de 2025 da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta aprovação da transferência financeira obrigatória destinada ao equilíbrio dos resultados do exercício de 2025 da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, EIM, SA; (Doc. 2 (dois)) -----

2.2.3. Proposta de aprovação da 1ª alteração ao mapa de pessoal do ano de 2026:

O Sr. Vereador António Marçal declarou que o voto de abstenção no ponto em análise decorre das dúvidas e reservas suscitadas por algumas das opções e informações apresentadas, bem como da necessidade de maior clarificação relativamente a determinados aspetos do processo. Referiu conhecer o contexto geral, mas manifestou preocupação com a forma como algumas questões têm sido conduzidas, entendendo que existem matérias que carecem de melhor organização e de uma



análise mais aprofundada, nomeadamente no que respeita à estrutura e funcionamento dos serviços. Sublinhou a importância de garantir uma melhor coordenação e consolidação dos serviços operacionais, evitando retrocessos em relação ao trabalho já desenvolvido, e defendendo que determinadas decisões devem ser suportadas por informação mais rigorosa e completa. Abordou ainda questões relacionadas com a organização dos serviços operacionais de proteção civil, referindo que a dimensão e exigência das funções desempenhadas, em particular no âmbito dos Bombeiros Municipais, exigem uma estrutura adequada e devidamente valorizada, não devendo assentar em soluções precárias ou temporárias. Defendeu que a responsabilidade associada a estas funções exige disponibilidade permanente não sendo compatível com modelos de funcionamento insuficientemente estruturados. Referiu igualmente que algumas alterações em curso, nomeadamente ao nível de procedimentos de licenciamento e de gestão administrativa, suscitam preocupação, alertando para a necessidade de garantir que tais mudanças não resultem numa diminuição da responsabilidade ou numa transferência indevida de encargos e responsabilidades para os eleitos locais. Alertou ainda para a importância de assegurar que todas as decisões tomadas sejam devidamente fundamentadas e acompanhadas dos respetivos mecanismos de responsabilização, de forma a evitar situações futuras de indefinição institucional. Concluiu reiterando a sua disponibilidade para acompanhar e analisar as matérias em causa, deixando a nota da necessidade de maior atenção e rigor na organização dos serviços e na definição dos respetivos mapas de pessoal. -----

O Sr. Presidente da Câmara informou que foram ouvidos todos os departamentos, e que foram canalizados esforços para determinadas áreas que estavam sobrecarregadas. Referiu também que se está em fase de reorganização assumindo que muito provavelmente no próximo ano se irá proceder a alterações em toda esta estrutura, inclusivamente ao organograma da Câmara. Informou que o Município atravessa atualmente uma fase de reorganização interna, prevendo-se a saída de trabalhadores por motivo de aposentação e mobilidade, circunstâncias que tornam a gestão dos recursos humanos particularmente dinâmica. Referiu compreender o sentido de voto apresentado, bem como as recomendações efetuadas, reconhecendo que a análise realizada corresponde à realidade vivida pelos serviços. Sublinhou



ainda que estas matérias dizem respeito à gestão corrente da autarquia, sendo as dificuldades mais perceptíveis para quem acompanha diariamente o funcionamento dos serviços. Mais informou que poderão vir a existir futuras operações de reorganização ao nível do pessoal, admitindo a possibilidade de ocorrer, pontualmente, uma alteração por ano. Acrescentou, contudo, que o Município opta por não identificar desde já todas as necessidades em termos orçamentais, uma vez que tal poderia limitar a capacidade de gestão financeira da autarquia. Relativamente ao Serviço Municipal de Proteção Civil, informou que será apresentado, durante o mês de maio, o novo comando, encontrando-se atualmente em definição os respetivos moldes de implementação. Referiu ainda que a função deverá ser exercida em regime de tempo inteiro, estando, contudo, o processo dependente do necessário enquadramento junto da Autoridade Nacional competente. Acrescentou que a intenção do Executivo passa pela nomeação de um substituto que possa desempenhar funções a tempo inteiro, considerando não fazer sentido protelar a decisão enquanto se aguardam esclarecimentos adicionais. Sublinhou ainda que o Coordenador Municipal deverá exercer exclusivamente as funções inerentes ao cargo, entendendo que o concelho já não se compadece com a existência de um comandante dos bombeiros em regime de meio tempo ou com acumulação de funções. Referiu, igualmente, que as limitações existentes ao nível dos recursos humanos e dos equipamentos tornam desadequada a acumulação de responsabilidades, situação que considera prejudicial para o próprio, para o concelho, para a autarquia e para a corporação de bombeiros. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta da 1ª alteração ao mapa de pessoal do ano de 2026. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com 3 (três) abstenções do PS, deliberou aprovar a proposta da 1ª alteração ao mapa de pessoal do ano de 2026; (Doc. 3 (três)) -----

2.2.4. Proposta de autorização para abertura de procedimento concursal para recrutamento de 1 técnico superior (eng. civil); -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de autorização para abertura de procedimento concursal para recrutamento de 1 técnico superior (eng. civil); -----



A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de autorização para abertura de procedimento concursal para recrutamento de 1 técnico superior (eng. civil); (Doc. 4 (quatro)) -----

2.2.5. Proposta de abertura de procedimento concursal para recrutamento de 4 assistentes operacionais (área da Educação); -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de abertura de procedimento concursal para recrutamento de 4 assistentes operacionais (área da Educação); -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal para recrutamento de 4 assistentes operacionais (área da Educação); (Doc. 5 (cinco)) -----

2.2.6. Proposta de aprovação de delegação de competências municipais na Freguesia da Lousã – Celebração de contrato Interadministrativo; -----

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o processo implicou a clarificação de algumas situações e a introdução de alterações face ao modelo anteriormente adotado. Reconheceu que o processo negocial não foi totalmente consensual, salientando, contudo, que é natural que cada Junta procure obter maiores benefícios para o respetivo território. Informou ainda que assumiu, perante todos os Presidentes de Junta, o compromisso de que o Executivo Municipal estará disponível para proceder a ajustamentos sempre que exista margem financeira para o efeito, entendendo que é importante reforçar a capacidade das Juntas para executarem serviços nos seus territórios por conta da autarquia. Mais referiu que foi efetuado um reforço médio de cerca de 10% nos apoios atribuídos, tendo algumas Juntas beneficiado de aumentos mais significativos. Acrescentou, contudo, que a metodologia adotada na presente negociação poderá não ter sido a mais adequada, uma vez que partiu de um valor base por freguesia já contemplando o referido aumento, situação que, segundo indicou, terá criado algumas dificuldades aos Presidentes de Junta na identificação e distribuição dos serviços a executar. Nesse sentido, informou que, futuramente, o processo deverá passar pela identificação prévia das obras e respetiva orçamentação, definindo-se posteriormente, em conjunto com os Presidentes de Junta, as intervenções consideradas prioritárias. Concluiu reafirmando o compromisso do Executivo Municipal em continuar a apoiar



as Juntas de Freguesia, reconhecendo que estas constituem as estruturas mais próximas das comunidades locais. -----

O Sr. Vereador António Marçal informou que o sentido de voto será favorável, deixando, contudo, algumas sugestões relativamente à forma como os apoios às Juntas de Freguesia se encontram estruturados. Referiu compreender a opção pelo recurso a protocolos, ainda que tal possa afastar-se da lógica doutrinária dos contratos interadministrativos. No entanto, considerou importante que, futuramente, seja definida uma política assente em critérios fundamentais, claros e objetivos, permitindo maior transparência e previsibilidade na atribuição dos apoios. Sublinhou ainda que, na sua perspetiva, faz falta no concelho um instrumento de planeamento das intervenções e obras a realizar nas freguesias. Entende que esse planeamento é fundamental, quer para a Câmara Municipal, quer para as próprias freguesias, permitindo identificar e justificar as prioridades de investimento. Acrescentou que a definição prévia de critérios e de um plano de intervenções permitiria uma leitura diferente sobre a distribuição dos apoios, reforçando a transparência da ação política. Salientou igualmente que é importante não apenas que os procedimentos sejam corretos, mas também que aparentem ser claros e compreensíveis perante a população. Concluiu defendendo a necessidade de, ao longo do atual mandato, ser criado um modelo que permita a todos, Executivo, eleitos e população, compreender de forma objetiva os fundamentos subjacentes à transferência de apoios e subsídios para as Juntas de Freguesia. -----

O Sr. Presidente da Câmara referiu acolher positivamente a sugestão apresentada, informando que, no âmbito do Gabinete de Apoio às Freguesias, essa será uma das soluções a adotar. Mais informou que o referido gabinete, em articulação com os Serviços de Obras Municipais, assegurará o acompanhamento do parque de máquinas a criar, o qual será também direcionado para apoio às freguesias. Sublinhou ainda que todo esse processo terá de ser devidamente regulamentado, de forma a garantir critérios claros e equitativos na gestão e afetação dos recursos, evitando situações de desigualdade ou favorecimento. Acrescentou que, mesmo sem existir intenção nesse sentido, poderá ocorrer que algumas freguesias beneficiem mais do que outras em função de uma maior capacidade de reivindicação, razão pela qual considera essencial a definição de regras objetivas e transparentes. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de delegação de competências municipais na Freguesia da Lousã – Celebração de contrato Interadministrativo; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de delegação de competências municipais na Freguesia da Lousã – Celebração de contrato Interadministrativo; (Doc. 6 (seis)) -----

2.2.7. Proposta de aprovação de delegação de competências municipais na Freguesia das Gândaras- Celebração de contrato Interadministrativo; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de delegação de competências municipais na Freguesia das Gândaras- Celebração de contrato Interadministrativo; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de aprovação de delegação de competências municipais na Freguesia das Gândaras- Celebração de contrato Interadministrativo; (Doc. 7 (sete)) -----

2.2.8. Proposta de aprovação de delegação de competências municipais na Freguesia de Vilarinho – Celebração de contrato Interadministrativo; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de delegação de competências municipais na Freguesia de Vilarinho – Celebração de contrato Interadministrativo; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de delegação de competências municipais na Freguesia de Vilarinho – Celebração de contrato Interadministrativos; (Doc. 8 (oito)) -----

2.2.9. Proposta de aprovação de delegação de competências municipais na Freguesia de Serpins – Celebração de contrato Interadministrativo; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de delegação de competências municipais na Freguesia de Serpins – Celebração de contrato Interadministrativo; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de aprovação de delegação de competências municipais na Freguesia de Serpins – Celebração de contrato Interadministrativo; (Doc. 9 (nove))

2.2.10. Proposta de aprovação de delegação de competências municipais na União de Freguesias de Casal de Ermio e Foz de Arouce – Celebração de contrato Interadministrativo; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de delegação de competências municipais na União de Freguesias de Casal de Ermio e Foz de Arouce – Celebração de contrato Interadministrativo; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de delegação de competências municipais na União de Freguesias de Casal de Ermio e Foz de Arouce – Celebração de contrato Interadministrativo; (Doc. 10 (dez)) -----

2.2.11. Proposta de atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Vilarinho, no montante de 29.000,00 €, destinado a apoiar a construção de um edifício com gavetões de consumpção aeróbia no cemitério da freguesia de Vilarinho; -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Vilarinho, no montante de 29.000,00 €, destinado a apoiar a construção de um edifício com gavetões de consumpção aeróbia no cemitério da freguesia de Vilarinho; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta da de atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Vilarinho, no montante de 29.000,00 €, destinado a apoiar a construção de um edifício com gavetões de consumpção aeróbia no cemitério da freguesia de Vilarinho; (Doc. 11 (onze))

2.2.12. Política de Qualidade do Município da Lousã; -----

O Sr. Vereador Domingos Lopes referiu que, embora o documento evidencie a preocupação do Município com a necessidade de melhoria contínua e com o desenvolvimento do concelho, o mesmo se apresenta ainda pouco desenvolvido em alguns aspetos. Salientou que o documento assenta essencialmente num conjunto de princípios orientadores, os quais, embora relevantes, mereceriam um tratamento mais aprofundado e detalhado. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação a Política de Qualidade do Município da Lousã; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com 3(três) abstenções do PS, deliberou aprovar Política de Qualidade do Município da Lousã; (Doc. 12 (doze))

**2.2.13. Objetivos estratégicos 2026/2029; -----**

O Sr. Vereador Domingos Lopes referiu que, na linha do pensamento exposto anteriormente, e tendo em conta a importância do documento também enquanto instrumento de comunicação para a população, considera relevante que o mesmo transmita de forma mais clara os focos estratégicos e as prioridades definidas pelo Município. Salientou igualmente que, apesar de se compreender o sentido e a orientação subjacentes ao documento, este continua a apresentar-se algo genérico e pouco desenvolvido, entendendo que teria sido possível aprofundar e densificar algumas das opções estratégicas identificadas, reforçando a sua fundamentação e enquadramento. Acrescentou ainda que não existem divergências significativas relativamente às opções apresentadas, tratando-se antes de pequenos apontamentos e contributos que se entendeu deixar registados, em coerência com a posição anteriormente assumida. -----

O Sr. Presidente da Câmara colocou à votação os objetivos estratégicos 2026/2029; A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com 3(três) abstenções do PS, deliberou aprovar os objetivos estratégicos 2026/2029; (Doc. 13 (treze))

2.3. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE -----**2.3.1. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 174654278 -----**

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 174654278 – A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 174654278 (Doc. 14 (quatorze)) -----

2.3.2. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 190836490 -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 190836490 – A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 190836490 (Doc. 15 (quinze)) -----

2.3.3. Proposta de atribuição de comparticipação financeira à DUECEIRA – Associação da Desenvolvimento do Ceira e Dueça, no montante de 254,67 €, no âmbito da participação na BTL de 2026; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de comparticipação financeira à DUECEIRA – Associação da Desenvolvimento do Ceira e Dueça, no montante de 254,67 €, no âmbito da participação na BTL de 2026; --- A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar de atribuição de comparticipação financeira à DUECEIRA – Associação da Desenvolvimento do Ceira e Dueça, no montante de 254,67 €, no âmbito da participação na BTL de 2026. (Doc. 16 (dezasseis)) -----

2.3.4. Proposta de aditamento à deliberação da Câmara Municipal de 01.09.2025 relacionada com a atribuição de apoio financeiro à ARCIL – Associação para Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã no montante de 15.000,00 € para apoio às estruturas de ensino diferenciado/estruturado/ Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) do Agrupamento de Escolas da Lousã no ano letivo 2025/2026; -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o mesmo decorre, sobretudo, do aumento do número de alunos com necessidades educativas e sociais, situação que exige o reforço dos recursos humanos afetos ao acompanhamento das crianças e jovens. Foi ainda referido que, paralelamente, se tem verificado um aumento generalizado dos custos associados à mão de obra, salários e demais encargos com pessoal, agravando a situação financeira da entidade promotora, a qual já apresentava dificuldades de sustentabilidade. Nesse sentido, e atendendo às explicações prestadas pela associação relativamente aos prejuízos decorrentes do

protocolo existente com a Câmara Municipal, entendeu o Executivo apoiar o solicitado. -----

O Sr. Vereador António Marçal salientou a importância de continuar a acompanhar esta realidade, considerando tratar-se de uma área social particularmente sensível e em constante evolução. Referiu que a tipologia das situações atualmente identificadas apresenta níveis de complexidade muito superiores aos verificados há alguns anos, nomeadamente ao nível das perturbações do espectro do autismo, exigindo respostas mais especializadas e um acompanhamento mais individualizado das crianças e jovens. Defendeu a necessidade de o Município pensar estas matérias de forma integrada, articulando não apenas os apoios diretos, mas também todas as restantes componentes e políticas municipais de apoio à infância, juventude e inclusão. No que respeita aos modelos de contratação e prestação de serviços, manifestou igualmente a preferência por soluções que privilegiem a qualidade do serviço prestado à comunidade, ainda que possam representar um custo ligeiramente superior. Sublinhou que o objetivo principal deverá ser garantir respostas de qualidade aos cidadãos, valorizando simultaneamente as associações e entidades locais, dentro do enquadramento legal aplicável. Por fim, chamou a atenção para a terminologia utilizada na documentação, referindo que algumas expressões técnicas se encontram desatualizadas, sugerindo uma revisão dos documentos antes da sua emissão final, de forma a adequar a linguagem às designações atualmente em uso. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aditamento à deliberação da Câmara Municipal de 01.09.2025 relacionada com a atribuição de apoio financeiro à ARCIL – Associação para Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã no montante de 15.000,00 € para apoio às estruturas de ensino diferenciado/estruturado/ Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) do Agrupamento de Escolas da Lousã no ano letivo 2025/2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar de aditamento à deliberação da Câmara Municipal de 01.09.2025 relacionada com a atribuição de apoio financeiro à ARCIL – Associação para Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã no montante de 15.000,00 € para apoio às estruturas de ensino

diferenciado/estruturado/ Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) do Agrupamento de Escolas da Lousã no ano letivo 2025/2026; (Doc. 17 (dezassete))

2.3.5. Fixação dos valores da tabela anexa às normas de funcionamento da Feira Anual de S. João 2026, no que respeita aos espaços destinados a divertimentos, restauração e similares, pipocas, farturas, algodão doce e bebidas, aos espaços interiores do Parque Municipal de Exposições, aos espaços exteriores e criação de novos lugares; -----

Retirado da Ordem de Trabalhos -----

2.3.6. Proposta de Regulamento Municipal do Prémio de Sustentabilidade do Município da Lousã -----

A Sr.^a Vice-Presidente referiu que, aquando da sua discussão inicial, ficaram já devidamente identificados os objetivos pretendidos pelo Executivo. Salientou que esses objetivos se encontram refletidos no respetivo regulamento, o qual visa enquadrar iniciativas e ações que, em muitos casos, já são desenvolvidas junto das crianças e jovens do concelho. Acrescentou que a criação desta medida pretende sobretudo reconhecer, valorizar e premiar o trabalho desenvolvido pelos mais jovens em matérias relacionadas com a sustentabilidade e com o futuro do concelho e do planeta. Informou ainda que o regulamento esteve aberto à discussão e participação, encontrando-se agora o processo numa fase de ajustamento e consolidação, com vista à sua futura implementação. Por fim, referiu que a intenção do Executivo é colocar a medida em execução no mais curto espaço de tempo possível, ainda que se reconheça que a concretização integral do processo possa não ser imediata. -----

O Sr. Vereador Domingos Lopes referiu que, em diferentes contextos a nível nacional, iniciativas desta natureza têm constituído uma imagem de marca relevante no desenvolvimento territorial e na promoção da qualidade de vida. Salientou que se trata de oportunidades de valorização dos jovens, numa faixa etária particularmente receptiva às mensagens que lhes são transmitidas, constituindo uma oportunidade educativa e formativa não apenas ao nível da sustentabilidade ecológica, mas também na promoção de estilos de vida mais responsáveis e conscientes. Sublinhou que vivemos atualmente um momento exigente à escala global, em que importa reforçar os princípios europeus com os quais nos identificamos, pelo que estas

iniciativas assumem particular relevância. Neste contexto, referiu que o modelo proposto poderia beneficiar de uma maior definição e aprofundamento, nomeadamente através da identificação de temas prioritários definidos pelo Município, em vez de uma abordagem demasiado abrangente. Apresentou a título exemplificativo, temas como a reciclagem, a compostagem, a floresta e a sustentabilidade do território, bem como a mobilidade e o incentivo à utilização de transportes públicos, evidenciando opções de sustentabilidade no quotidiano. Sugeriu igualmente que a definição anual de um tema mais concreto poderia contribuir para reforçar o foco da iniciativa, valorizando áreas consideradas prioritárias pelo Município e facilitando o trabalho dos docentes e participantes, permitindo um maior impacto educativo. Concluiu que esta abordagem poderá transformar o projeto numa ferramenta mais estruturada e relevante, com potencial para marcar a diferença junto da comunidade educativa. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Regulamento Municipal do Prémio de Sustentabilidade do Município da Lousã; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Regulamento Municipal do Prémio de Sustentabilidade do Município da Lousã (Doc. 18 (dezoito)) -----

2.4. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO -----

2.4.1. Pedido de cancelamento do ónus do direito de reversão, a favor do município da Lousã; -----

O Sr. Vereador António Marçal referiu que este ponto deve servir de reflexão mais ampla sobre a necessidade de introduzir alterações e melhorias no funcionamento dos serviços, nomeadamente ao nível dos modelos de gestão existentes. Sublinhou que existem situações que carecem de revisão, sendo importante avaliar de forma crítica os mecanismos atualmente em vigor, com o objetivo de garantir maior eficiência e adequação às necessidades do serviço público e dos cidadãos. Disse ainda que a Câmara Municipal deve procurar assegurar que os processos e procedimentos se encontram devidamente ajustados à realidade atual, evitando a manutenção de modelos desatualizados ou desadequados. Nesse sentido, apresentou uma sugestão no sentido de se reforçar a melhoria do serviço prestado ao cidadão, garantindo que os mecanismos implementados respondem de forma

eficaz aos objetivos definidos e aos compromissos assumidos. Concluiu que a intervenção se insere no exercício do papel de oposição construtiva, procurando contribuir para a melhoria contínua das práticas municipais e para a qualificação da resposta pública. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o pedido de cancelamento do ónus do direito de reversão, a favor do município da Lousã; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o pedido de cancelamento do ónus do direito de reversão, a favor do município da Lousã; (Doc. 19 (dezanove)) -----

2.4.2. Proposta de Alteração da Estratégia Local de Habitação da Lousã -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a informação prestada traduz a necessidade de adaptação urgente a novos enquadramentos, decorrentes de um aviso publicado na passada segunda-feira. Explicou que, inicialmente, a estratégia em vigor não contemplava a aquisição de habitação própria, no entanto, com a publicação do novo aviso, passou a ser possível enquadrar esse tipo de operações, o que obriga a uma alteração da estratégia definida, permitindo uma maior celeridade na identificação de potenciais candidaturas. Referiu ainda que se trata de um processo dinâmico, com ajustamentos sucessivos, sendo necessário adaptar os instrumentos de planeamento às novas oportunidades que vão surgindo.

Acrescentou que o documento em causa integrará também novos elementos e agregados, estando prevista uma revisão mais aprofundada da política municipal e dos respetivos instrumentos de gestão. Referiu também que esta alteração permitirá reforçar a capacidade de intervenção do Município, garantindo uma melhor adequação às oportunidades de financiamento disponíveis, as quais poderão atingir valores variáveis, dependendo das candidaturas e enquadramentos aplicáveis. Concluiu que se trata de um processo em constante atualização, sendo fundamental assegurar a sua revisão e ajustamento contínuo, de forma a maximizar a eficácia das intervenções municipais. -----

O Sr. Vereador António Marçal fez uma intervenção de natureza política sobre o modelo de aquisição de habitação já construída por parte do Município. Referiu que, do ponto de vista da teoria geral da economia, a intervenção de uma Câmara Municipal no mercado pode influenciar a dinâmica da procura e, consequentemente,

94

os preços, uma vez que a entidade pública, ao entrar no mercado, atua essencialmente enquanto comprador com capacidade financeira. Neste sentido, defendeu que o modelo de aquisição deveria ser repensado, propondo que, em vez de aquisição direta, se opte por um procedimento mais aberto e transparente, designadamente através de uma oferta pública de aquisição, permitindo que todos os interessados possam apresentar candidatura em igualdade de circunstâncias. Considerou que este procedimento contribuiria para reforçar a transparência e a equidade do processo, assegurando maior concorrência e melhor escrutínio público. Salientou ainda que esta metodologia já é utilizada noutros concelhos e que a sua aplicação permitiria uma melhor comunicação e clarificação dos critérios de seleção. Referiu que a opção por compra direta pode suscitar perceções de falta de transparência ou de acesso à informação privilegiada, pelo que a abertura do procedimento ao mercado poderia mitigar tais riscos, garantindo maior confiança no processo. Acrescentou que a existência de uma intenção pública de aquisição, devidamente enquadrada em critérios objetivos, não elimina a criação de expectativas por parte dos particulares, sendo essa uma consequência natural do próprio mecanismo de mercado e do negócio jurídico em causa. Por fim, deixou a sugestão de que esta matéria seja analisada do ponto de vista do enquadramento jurídico e procedimental aplicável, admitindo a necessidade de validação técnica antes da sua implementação. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Alteração da Estratégia Local de Habitação da Lousã -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com 3 (três) votos contra do PS, deliberou aprovar Proposta de Alteração da Estratégia Local de Habitação da Lousã (Doc. 20 (vinte)) -----

2.5. FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL -----

2.5.1. Proposta de atribuição de comparticipação financeira no montante de 1.904,69 € à comunidade intermunicipal da região de Coimbra no âmbito do “projeto 131 – parque de máquinas intermunicipal” -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de comparticipação financeira no montante de 1.904,69 € à comunidade intermunicipal

da região de Coimbra no âmbito do “projeto 131 – parque de máquinas intermunicipal; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de comparticipação financeira no montante de 1.904,69 € à comunidade intermunicipal da região de Coimbra no âmbito do “projeto 131 – parque de máquinas intermunicipal (Doc. 21 (vinte e um)) -----

2.5.2. Decreto-Lei nº 56/2023, de 14 de julho | Alterações e ajustamentos aos Artigos 68º e 69º do DL nº 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual – Condicionamento de outras atividades; -----

O Sr. Vereador António Marçal manifestou uma posição de reflexão crítica sobre o enquadramento legal em causa, designadamente no que respeita ao condicionamento de outras atividades no território. Referiu que este tipo de instrumentos legais deveria ser objeto de maior articulação com o conhecimento efetivo da realidade territorial, podendo ser pertinente reforçar a sua discussão junto da Assembleia da República e do Governo, no sentido de assegurar que os mesmos refletem de forma adequada as especificidades dos diferentes territórios. Salientou que, em alguns casos, a aplicação destes instrumentos tem revelado um conhecimento insuficiente da realidade local, o que pode conduzir a soluções pouco ajustadas às condições concretas dos municípios, sobretudo em territórios com características muito distintas. Defendeu ainda que deveria ser reforçado o papel dos municípios na definição e aplicação destas medidas, nomeadamente no que respeita à identificação no terreno e à gestão dos respetivos condicionamentos, conferindo-lhes maior capacidade de intervenção e responsabilização. Considerou que tal reforço contribuiria para uma maior adequação das decisões à realidade local, evitando a aplicação uniforme de regras que não têm em conta as especificidades territoriais.

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação as alterações e ajustamentos aos Artigos 68º e 69º do DL nº 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual | Condicionamento de outras atividades; -----

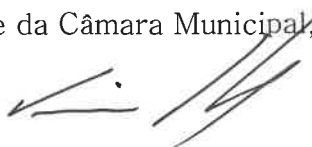
A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar as alterações e ajustamentos aos Artigos 68º e 69º do DL nº 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual – Condicionamento de outras atividades; (Doc. 22 (vinte e dois))

4. Aprovação em minuta -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações tomadas. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas doze horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por si e por Dina Campos, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

